NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 09/12/2013 - Edição 953

O Conflito de torcedores em Joinvile (SC): Improvisaram e agora buscam por um bode expiatório

(Foto: Heuler Andrey / Agencia Estado)

(Foto: Joka Madruga / Agencia Estado)

O Brasil e o mundo assistiram estarrecidos, espantados e indignados às cenas de selvageria que tiveram como palco a Arena Joinvile, no jogo Atlético Paranaense x Vasco da Gama neste domingo (8). Cenas de massacre humano ao vivo, torcedores hospitalizados em estado grave e jogo paralisado por quase uma hora.

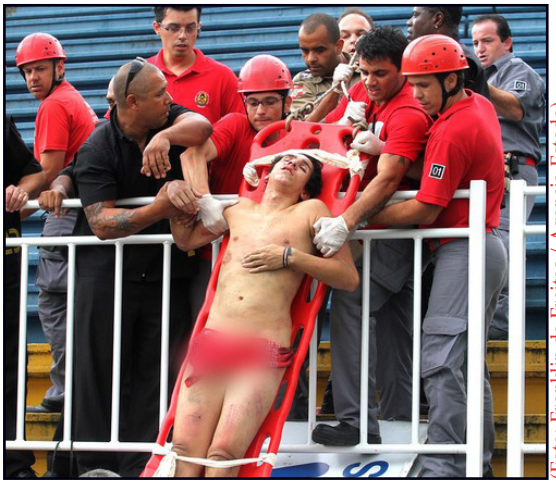
Suspenso o jogo no gramado, começou o jogo de empurra-empurra de mais irresponsabilidade, com a busca de um "bode expiatório" para assumir toda a culpa. Isto, obviamente, é um prato cheio para pitaqueiros, "especialistas" e até saudosistas das imagens de policia "baixando o pau" em torcedores dentro de estádios.

(Foto: (Foto: Gustavo Rotstein)

No falatório atirou-se para todos os lados, como PM, Ministério Publico, entre outros, mas especialmente para a segurança privada. E nesta direção levantaram leve, sutil e desonestamente apenas uma franja do problema: o emprego de 90 profissionais de segurança privada para toda a Arena para um público de 8.978 pagantes. Os contratados estavam responsáveis pelo gramado, bilheteria, entradas, vestiários, tribuna de honra ou camarotes e, ocasionalmente, os espaços dos torcedores.

Por que não se viu cenas parecidas nos jogos da Copa das Confederações ou mesmo em clássicos como Fla-Flu, Gre-Nal, Vasco x Flamengo? Para ser mais fieis nas referências, porque nada disso foi visto em todos os jogos do Atlético Mineiro na Arena Independência, há muito mais tempo sob os cuidados da segurança privada? As respostas não são mistério para ninguém:

- Planejamento, responsabilidade dos organizadores e zelo com o público (torcedores, jogadores, imprensa, etc.);
- Emprego de profissionais em quantidade adequada e qualificados, conforme portaria da Polícia Federal;
- Contratação de empresas registradas na PF, sérias e comprometidas com o profissionalismo;
- Ausência de regras ou normas coletivas claras para atuação dos vigilantes (remuneração adequada, jornada de trabalho, alimentação, equipamentos, etc.);



(Foto: Franklin de Freitas / Agencia Estado)

Alguém, por acaso, pode afirmar que alguns desses requisitos básicos foram observados em Joinvile? Com certeza a resposta é um NÃO bem sonoro.

Quanto ao papel da PM, que encontrava-se no espaço externo pronta para intervir – e o fez a tempo de evitar uma tragédia maior - o Estatuto do Torcedor diz que há limitações legais e o bom senso para estes eventos. O que precisa ser dito com todas as letras é a necessidade da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), da justiça desportiva, do Ministério Publico, Polícia Federal, Ministério da Justiça, dos governos estaduais ou municipais, assim como acordaram após para a tragédia da boate Kiss de Santa Maria, acordarem para pôr fim à irresponsabilidade e pouco caso com a vida das pessoas que frequentam os estádios. Está na hora de esquecerem de vez o discurso cômodo e conveniente dos que pregam o uso da polícia pública nos eventos privados que dão lucros a poucos, empregando segurança privada de forma responsável, legal, observando e objetivando a segurança e a preservação de vidas das pessoas, bem como o respeito ao profissionalismo e dignidade dos profissionais da segurança privada. Com improviso e "meia boca" não se cuida de gente.

Fonte: CNTV

Brasília sedia o Fórum Mundial de Direitos Humanos

Brasília sediará nesta semana, de terça (10) a sexta-feira, o Fórum Mundial de Direitos Humanos. O encontro inclui conferências, debates temáticos e atividades que contarão com a presença de autoridades, intelectuais e profissionais reconhecidos internacionalmente.

O objetivo é promover uma reflexão sobre o tema direitos humanos, e a estimativa é que 8 mil pessoas de todo o mundo participem do evento. Ao longo da semana será possível acompanhar pela Agência Brasil as principais discussões.

O início do fórum marca também os 65 anos da Declaração Universal de Direitos Humanos. O documento é a base de luta universal contra a opressão e a discriminação, defende a igualdade e a dignidade das pessoas e reconhece que os direitos humanos e as liberdades fundamentais devem ser aplicados a cada cidadão.

Apesar da consolidação do documento, há dificuldades na implantação. *"Temos encontrado vários desafios para consolidar as bandeiras dos direitos humanos e sofremos muitas ameaças de retrocesso"*, disse a secretária nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, Angélica Moura Goulart, em debate promovido pelo Portal EBC.

Alguns setores da sociedade enfrentam mais dificuldades para garantir os próprios direitos, como é o caso da população indígena. O mestre em antropologia social Tonico Benites, indígena da etnia Guarani-Kaiowá, diz que não foi com a declaração, mas apenas com a Constituição Federal de 1988 que os indígenas passaram a ser considerados cidadãos brasileiros.

Isso dificulta até hoje a vida dos povos indígenas. Em 1988 fomos reconhecidos juridicamente, o que é um passo, mas que pouco gera mudanças na educação ou no pensamento social nacional e internacional. Foram 400 anos de exclusão e só a Constituição considerou os povos indígenas como seres dotados de saberes e organizados socialmente", acrescentou a secretária.

Também no cenário internacional há dificuldades na garantia de direitos. Na Colômbia, onde ocorre um dos mais antigos conflitos armados e onde há um histórico de massacres e crimes de direitos humanos e de lesa-humanidade, o desafio é colocar as vítimas no centro da temática da solução de conflitos.

Segundo o professor e cientista político colombiano Alejo Vargas Velásquez, a primeira dificuldade encontrada para lidar com a defesa de direitos humanos é qualificar quem é a vítima. *"Uma vítima de um roubo de carro, cujo assaltante tenha agido com violência, não é tipicamente uma vítima de direitos humanos dentro do que, internacionalmente, é considerado crime de direitos humanos"*, explicou..

Essas e outras discussões serão assunto das mesas de debate do fórum. A programação completa pode ser acessada no site do evento.

Fonte: Agência Brasil

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Edilson Silva Pereira
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico: Anibal Bispo - Diagramação: Damião Alves

site: www.vigilantecntv.org.br
email:cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF